



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



FELIPE SANTANA ALVES

**APLICABILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS AOS POLICIAIS MILITARES DO
ESTADO DO GOIÁS**

GOIÂNIA-GO

2024

FELIPE SANTANA ALVES

**APLICABILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS AOS POLICIAIS MILITARES DO
ESTADO DO GOIÁS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Rogério Costa.

GOIÂNIA-GO

2024

APLICABILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS AOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO GOIÁS

Felipe Santana Alves¹

Rogério Costa²

Resumo

Este estudo aborda a aplicabilidade dos direitos humanos aos policiais militares do estado de Goiás. Explora-se a importância de garantir os direitos fundamentais desses profissionais, considerando seu papel na segurança pública e os desafios enfrentados no exercício de suas funções. Discute-se a necessidade de promover uma cultura de respeito aos direitos humanos dentro das instituições policiais, visando garantir o bem-estar e a dignidade dos policiais militares. Os resultados evidenciam a necessidade urgente de uma maior atenção aos direitos humanos dos policiais militares do estado de Goiás. Apesar dos esforços para promover uma cultura de respeito aos direitos fundamentais dentro das instituições policiais, os dados revelam que ainda há desafios significativos a serem superados. Conclui-se que diante das condições de trabalho precárias e das violações relatadas, é evidente que são necessárias medidas imediatas para garantir o respeito aos direitos fundamentais desses profissionais.

Palavras-chave: Aplicabilidade; Direitos Humanos; Estado de Goiás; Policiais Militares.

Abstract

This study addresses the applicability of human rights to military police officers in the state of Goiás. The importance of guaranteeing the fundamental rights of these professionals is explored, considering their role in public security and the challenges faced in the exercise of their functions. The need to promote a culture of respect for human rights within police institutions is discussed, aiming to guarantee the well-being and dignity of military police officers. The results highlight the urgent need for greater attention to the human rights of military police officers in the state of Goiás. Despite efforts to promote a culture of respect for fundamental rights within police institutions, the data reveal that there are still significant challenges to be overcome. It is concluded that given the precarious working conditions and reported violations, it is clear that immediate measures are necessary to guarantee respect for the fundamental rights of these professionals.

Keywords or Palabras clave: Applicability; Human rights; Goias state; Military Police.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, e-mail: felipebwr@hotmail.com. Telefone:

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar.

1 INTRODUÇÃO

Ao considerar a Polícia Militar como defensora vital dos direitos humanos na sociedade, devemos abordar a preocupante questão da falha do Estado em tomar medidas no estabelecimento de medidas que promovam um ambiente de trabalho seguro e propício para os policiais. Esta negligência diminui a importância do seu papel e coloca em risco o seu bem-estar, potencialmente impactando a saúde geral destes indivíduos dedicados. É imperativo que o Estado defenda a dignidade de cada ser humano e garanta a proteção e a formação adequada dos policiais militares.

Segundo Bobbio (1992), o conceito de direitos humanos à escala global não é novo, uma vez que as ideologias religiosas há muito enfatizam a sua importância. Ao longo da história, o objetivo principal dos direitos humanos tem sido garantir o respeito e a salvaguarda da dignidade humana de forma universal, abrangendo todos os indivíduos.

Conforme afirma Alexandre de Moraes (2017), o conceito de dignidade humana é um valor moral e espiritual característico que se expressa de maneira única por meio da autodeterminação consciente do indivíduo e da responsabilidade por sua própria vida. É essencial que todos os estatutos jurídicos defendam e respeitem o valor que cada pessoa merece como ser humano.

Em linha com esta perspectiva, Balestreri (2021) afirma que os policiais são membros integrantes da sociedade que possuem direitos e responsabilidades no desempenho das funções que lhes são atribuídas. Devem também receber apoio e formação que melhorem a qualidade do seu trabalho. O autor enfatiza que, acima de tudo, os policiais são cidadãos que devem refletir sobre o seu papel e ter uma razão válida para exercer a sua cidadania, tal como qualquer outro membro da comunidade que cumpra as suas obrigações e faça valer os seus direitos.

Portanto, a intenção de esclarecer que os direitos humanos e um dispositivo de proteção de todo e qualquer cidadão imprescindível, na efetivação do respeito da dignidade a pessoa humana e aos valores sociais do trabalho, acontecimentos estes que não são observados no ambiente de trabalho onde os policiais militares estão inseridos.

Dado o contexto em que o policial atua, incluindo sua capacidade de resposta rápida e raciocínio lógico, bem como o equilíbrio entre horas de trabalho e descanso, e seus valores morais pessoais para com a comunidade, enfatizamos a importância de explorar a qualidade de vida através das seguintes investigações de pesquisa: Até que ponto os princípios e diretrizes dos Direitos Humanos estão sendo efetivamente aplicados na atuação e nas

condições de trabalho dos policiais militares do Estado de Goiás, e quais são os principais desafios e obstáculos enfrentados nesse processo?

O objetivo principal é enfatizar a importância da criação de um ambiente de trabalho propício e saudável para os policiais militares, contribuindo assim para o desenvolvimento de um estilo de vida respeitável. Central para este objetivo é o exame do princípio fundamental da dignidade humana. Os objetivos secundários envolvem explorar as condições específicas do ambiente de trabalho da Polícia Militar do Estado de Goiás e avaliar os efeitos refletidos na vida pessoal desses policiais causados por um ambiente que prejudica sua dignidade como ser humano.

No que diz respeito à metodologia utilizada, o seu eixo é a investigação de pesquisa bibliográfica com o objetivo de analisar as questões acima mencionadas, utilizando dados fornecidos em bibliografias, artigos e monografias, bem como a análise da literatura na elaboração deste projeto. A importância desta investigação ajudará a explicar as condições de trabalho dos policiais e como certas situações violam e prejudicam os princípios da dignidade humana, afetando a sua qualidade de vida, saúde mental e afetando as suas carreiras.

Vale ressaltar que a atividade policial é um dos principais meios de salvaguarda da democracia e de garantia do direito à dignidade humana e de outros direitos relacionados ao bem-estar social.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

O conceito de Direitos Humanos está enraizado na ideia de defender a dignidade de cada indivíduo, criando uma sociedade que promova a justiça e a paz para todos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1998, enfatizou a importância da dignidade humana ao reconhecer que os indivíduos devem ter suas necessidades satisfeitas e oportunidades de felicidade e auto realização, independentemente de sua saúde física ou situação socioeconômica. Esta perspectiva sobre a qualidade de vida é moldada pela percepção do indivíduo sobre o seu lugar na sociedade, tendo em conta os sistemas culturais e de valores, bem como os objetivos, expectativas, padrões e preocupações pessoais.

Segundo Lima (2015), a dignidade é uma característica inerente a todo ser humano. Simplesmente pelo fato de existirem como humanos, os indivíduos merecem ser

tratados com respeito, independentemente da sua origem, raça, gênero, idade, estado civil ou estatuto socioeconômico.

Com base nesta perspectiva, torna-se evidente que uma elevada qualidade de vida é crucial para defender a dignidade humana. Portanto, é imperativo confiar nas várias mudanças que variam na raça humana ao longo do tempo, impulsionadas por nossas necessidades em constante evolução. Uma dessas necessidades é a preservação do espaço habitacional do indivíduo, essencial para a criação de um ambiente seguro e harmonioso.

Segundo Silva (2009), a falta de preocupação da sociedade é evidente tanto no número crescente de fatalidades, deficiências e riscos indiretos enfrentados pelos indivíduos (uma violação dos direitos humanos) como na interferência dos nervosismos, das condições de trabalho e dos direitos sociais limitados, (uma violação da cidadania). Para compreender a condição específica dos Policiais Militares na sociedade brasileira, basta uma breve análise da Constituição e da legislação pertinente. Torna-se claro que estes indivíduos suportam o fardo mais pesado de responsabilidades, ao mesmo tempo que recebem menos direitos. Eles superam todos os demais brasileiros na jorna

O artigo segundo da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente serve de prova para o nosso argumento. Este artigo descreve o objetivo de preservar, melhorar e restaurar o meio ambiente para criar um habitat adequado para a vida. O seu objetivo final é garantir condições adequadas de desenvolvimento socioeconômico, priorizando a segurança nacional e a proteção da dignidade humana.

É evidente que a conservação ambiental vai além do ambiente natural; também abrange os espaços onde os indivíduos residem. Portanto, é crucial garantir um elevado padrão de qualidade e dignidade na vida de cada pessoa, incluindo no seu ambiente de trabalho de trabalho, superando até mesmo os de outras profissões ou instituições.

2.2 POLÍCIA MILITAR

Os policiais são agentes responsáveis pela aplicação da lei, enquanto defensores da linha de frente contra a turbulência social, apoiam o peso da violência que assola as nossas comunidades. Estes indivíduos corajosos, que patrulham as nossas ruas e enfrentam o crime de frente, correm constantemente o risco de enfrentar as repercussões de tal violência. Apesar de seu compromisso inabalável de manter a paz e a ordem, os agentes da polícia continuam a lutar contra o medo sempre presente de serem expostos ao perigo. Como guardiões da segurança, naveguem no delicado equilíbrio para impedir a escalada do ódio e da agressão.

A Polícia Militar desempenha um papel fundamental na segurança pública de uma nação. No Brasil, ela é responsável por manter a ordem e proteger os cidadãos em todo o território nacional, atuando tanto na prevenção quanto no combate ao crime. Como parte das Forças Armadas, a Polícia Militar possui uma estrutura hierárquica bem definida e é regida por legislação específica (Balestreri, 2021).

As atribuições da Polícia Militar são variadas e abrangem desde o patrulhamento ostensivo até o policiamento comunitário, passando pela investigação de crimes e pela realização de operações especiais. Seu efetivo é treinado para lidar com uma ampla gama de situações, desde emergências médicas até confrontos armados, buscando sempre preservar a integridade física dos cidadãos e garantir o cumprimento da lei (Balestreri, 2021).

Segundo Balestreri (2021), a identidade primária de um policial é de cidadão e, como cidadão, deve defender seu propósito. Eles têm os mesmos direitos e responsabilidades que todos os outros membros da comunidade. Portanto, qualquer noção de uma “sociedade civil” dividida ou conflituosa versus uma “sociedade policial” é absurda, uma vez que o seu estatuto de cidadania é uma base fundamental para o seu papel.

A afirmação do autor é confirmada na relação com a Polícia Militar, pois funciona como um serviço público que funciona no âmbito de uma sociedade unificada, abrangendo todos os setores do Estado. Consequentemente, não existe uma separação distinta entre uma “sociedade civil” e uma “sociedade militar”.

Segundo Balestreri (2021), a “lógica” da Guerra Fria e os tumultuados “anos de liderança” no Brasil desempenharam um papel significativo na consolidação desses mal-entendidos. O seu objetivo era manipular a força policial, mudando o seu propósito de servir a comunidade para combater o suposto “inimigo interno”. Apesar do fim desta era de medo, os efeitos ideológicos persistentes continuam a impedir a compreensão adequada da verdadeira função da polícia em determinados domínios.

Dada a natureza exigente do seu serviço, é seguro afirmar que os agentes policiais sofrem uma pressão significativa, resultando em diversas consequências negativas, como doença, insatisfação e desmotivação, impactando, em última análise, a sua qualidade de vida geral, tanto pessoal como profissional.

Além de suas atividades operacionais, a Polícia Militar também desempenha um papel importante na promoção da cidadania e dos direitos humanos. Através de programas de educação e conscientização, ela busca aproximar-se da comunidade e promover uma cultura de paz e respeito aos direitos fundamentais. Ao mesmo tempo, a Polícia Militar enfrenta

desafios significativos, como o combate à corrupção e à violência policial, que exigem medidas eficazes e compromisso institucional. Em suma, a Polícia Militar desempenha um papel vital na manutenção da ordem e na proteção dos cidadãos. Seu trabalho é essencial para garantir a segurança e a tranquilidade da sociedade, ao mesmo tempo em que promove os valores democráticos e os direitos humanos.

2.3 AMBIENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Ao considerar a qualidade de vida, é importante considerar que esta não é determinada apenas pela compensação financeira. Abrange também melhorias nas condições de trabalho e na estrutura psicossocial que atende às necessidades dos indivíduos.

O ambiente e as condições de trabalho do policial militar são de extrema importância para o seu desempenho profissional, bem-estar físico e mental, além da eficácia no cumprimento de suas funções. Como profissional que atua na linha de frente da segurança pública, o policial militar enfrenta desafios únicos em seu ambiente de trabalho, que podem influenciar significativamente sua saúde e segurança. O ambiente de trabalho do policial militar muitas vezes envolve situações de risco e estresse, como confrontos com criminosos, operações de combate ao crime e atendimento a ocorrências de emergência. Além disso, o policial militar pode ser exposto a condições adversas, como ambientes perigosos, temperaturas extremas e longas jornadas de trabalho (Fiorillo, 2015).

As condições de trabalho também desempenham um papel crucial na vida do policial militar. Isso inclui a disponibilidade de equipamentos adequados de proteção, como coletes à prova de balas, armas de fogo, viaturas e comunicações eficientes. Além disso, a carga horária, o regime de trabalho, o suporte psicológico e o acesso a treinamento adequado são fatores essenciais para garantir a segurança e o bem-estar dos policiais militares (Fiorillo, 2015).

Fiorillo (2015), afirma que o ambiente de trabalho desempenha um papel crucial no bem-estar dos trabalhadores, independentemente de seu sexo, idade, situação laboral ou ocupação. Um ambiente de trabalho saudável é caracterizado pela ausência de fatores que coloquem em risco a segurança física e psicológica dos colaboradores, sejam eles remunerados ou não.

Embora a resolução dos fatores físicos seja o foco principal, é importante considerar que os elementos sociológicos e psicológicos também desempenham um papel na satisfação geral dos indivíduos no trabalho. Além disso, os aspectos tecnológicos de configuração da

estrutura organizacional e dos mecanismos de trabalho têm um impacto coletivo tanto na produtividade como no contentamento dos funcionários. As exigências impostas ao desempenho ocupacional, específicas das funções profissionais, podem levar a problemas físicos e psicológicos relacionados à ocupação policial. Estas questões podem interferir ainda mais nas relações, tanto no local de trabalho como com os familiares, afetando, em última análise, a qualidade de vida geral e a saúde subsequente (Fiorillo, 2015).

Segundo Cascaes da Silva (2014), a qualidade de vida e a saúde geral dos policiais são significativamente impactadas pelos riscos psicológicos e físicos. Estes decorrem principalmente de fatores organizacionais, incluindo horários de trabalho alargados, turnos flutuantes e a própria natureza de seus riscos de ocupação.

Dessa forma, é possível criar um ambiente de trabalho positivo e motivador, que contribua para o engajamento, a satisfação e o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores. Por fim, ressalta-se a importância de políticas e iniciativas governamentais e empresariais voltadas para a melhoria das condições de trabalho em diversos setores da economia. Investir na saúde e segurança dos trabalhadores não apenas beneficia os indivíduos diretamente envolvidos, mas também contribui para o desenvolvimento sustentável e o progresso social como um todo.

3 METODOLOGIA

Este estudo é uma investigação exploratória e descritiva. Para atingir os objetivos da pesquisa, os dados foram coletados por meio de uma combinação de pesquisa documental, questionários e entrevistas com policiais militares. O principal problema enfrentado por esses policiais foi analisado utilizando diversas fontes, incluindo referências bibliográficas, insights de entrevistas e análise documental. Todos esses componentes foram utilizados no desenvolvimento deste projeto. Este artigo tem como foco a análise de diversos estudos que examinam as condições de trabalho vivenciadas por policiais militares. Essas condições foram identificadas como fatores prejudiciais para a diminuição da qualidade de vida, impactando não apenas sua trajetória profissional, mas também seu bem-estar físico e mental. Na última análise, esta violação do Princípio da Dignidade Humana é uma grave preocupação.

Segundo Gil (2017), a metodologia empregada neste estudo incorporou elementos de pesquisa bibliográfica, juntamente com análise documental exploratória e técnicas de pesquisa qualitativa.

O estudo baseou-se em amostras qualitativas de trabalhos acadêmicos existentes para informar as suas conclusões. Em vez de focar no número de entrevistados, a pesquisa teve como objetivo explorar as perspectivas dos profissionais em relação à violação da dignidade humana, incluindo seus pensamentos, sentimentos e as abordagens analíticas empregadas por outros pesquisadores da área.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS POLICIAIS E DA AMOSTRA DA PESQUISA

Entre janeiro e fevereiro de 2024, obtivemos um grupo de 38 participantes deste estudo. Cada participante recebeu um link para um questionário do *Google Forms*, que foi acessado individualmente por meio de um aplicativo de mensagens instantâneas. Vale ressaltar que todos os 38 participantes responderam com sucesso ao questionário.

Tabela 1 – Caracterização da amostra

Variaveis	n	%
Graduação		
Soldado	36	97,3
Cabo	0	0
1º Sargento a 3º Sargento	0	0
Subtenente	0	0
Oficial	0	0
2º Tenente a 1º Tenente	1	2,7
Capitão/ Major	0	0
Tenente Coronel/ Coronel	0	0
Sexo		
Masculino	35	92,1
Feminino	3	7,9
Tempo de serviço na PM		
01-05 anos	36	97,3
06-10 anos	0	0
11-20 anos	1	2,7
21-30 anos	0	0
Tipo de Atividade na PMGO		
Administrativa	3	7,9
Operacional	35	92,1

Legenda: n = quantidade da amostra.
Fonte: Elaborada pelo Autor (2024).

A Tabela 1 fornece *insights* valiosos sobre o perfil dos participantes envolvidos no estudo. Dos 37 participantes analisados, a maioria é composta por soldados, representando

expressivos 97,3% da amostra, indicando uma forte representatividade desse grupo na pesquisa. Em contrapartida, não houve participantes classificados como cabo, sargentos, subtenentes, oficiais ou em posições de maior hierarquia dentro da Polícia Militar de Goiás (PMGO). No que diz respeito à distribuição por gênero, observa-se uma predominância masculina, com 92,1% dos participantes sendo do sexo masculino, enquanto apenas 7,9% são do sexo feminino. Essa disparidade de gênero reflete uma realidade comum em muitas instituições militares.

Quanto ao tempo de serviço na PMGO, a maioria dos participantes possui entre 01 e 05 anos de serviço, o que pode indicar uma amostra relativamente jovem em termos de experiência profissional dentro da corporação. Além disso, é interessante notar que a maioria dos participantes está envolvida em atividades operacionais (92,1%), refletindo o papel crucial desempenhado por esses profissionais nas operações cotidianas da PMGO. Esses dados são fundamentais para compreender o contexto e as perspectivas dos participantes em relação ao tema em estudo, fornecendo uma base sólida para análises mais aprofundadas e conclusões significativas.

4.2 IDENTIFICAR APLICABILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS

Os dados obtidos, conforme Tabela 2, foram interpretados a aplicabilidade dos direitos humanos

Tabela 2 - Você acredita que os direitos humanos são aplicáveis aos policiais militares em serviço?

Classificação	n	%
Sim	29	76,3
Não	9	23,7
Total	38	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Diante da complexidade das atividades desempenhadas pelos policiais militares, a discussão sobre a aplicabilidade dos direitos humanos em seu serviço é crucial. A Tabela 2 apresenta uma visão abrangente das opiniões dos policiais militares sobre esse tema. Dos 38 participantes entrevistados, a maioria expressou a crença de que os direitos humanos são aplicáveis aos policiais militares durante o serviço, representando 76,3% da amostra.

Esse resultado reflete um reconhecimento da importância de respeitar os princípios fundamentais dos direitos humanos, mesmo em situações desafiadoras e muitas vezes

arriscadas. No entanto, é relevante observar que uma parcela significativa, correspondente a 23,7% dos participantes, expressou uma visão contrária. Esse grupo discorda da aplicabilidade dos direitos humanos aos policiais militares em serviço, o que evidencia uma divergência de opiniões dentro da própria corporação. Essa divergência ressalta a necessidade de um diálogo contínuo e de políticas que promovam uma compreensão mais ampla e profunda dos direitos humanos entre os profissionais de segurança pública.

Portanto, esses resultados destacam a importância de se abordar questões relacionadas aos direitos humanos no contexto das atividades policiais, visando garantir o equilíbrio entre a aplicação da lei e o respeito aos direitos individuais. É fundamental promover uma cultura organizacional que valorize e integre os princípios dos direitos humanos em todas as operações policiais, contribuindo para uma atuação mais justa, transparente e respeitosa por parte dos agentes de segurança pública.

Tabela 3 – Você já presenciou ou teve conhecimento de violação dos direitos humanos dentro da corporação policial?

Classificação	n	%
Sim	25	65,8
Não	13	34,2
Total	38	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

A Tabela 3 revela uma faceta importante da realidade dentro da corporação policial: a percepção dos policiais sobre violações dos direitos humanos. Dos 38 participantes entrevistados, 65,8% afirmaram ter presenciado ou ter conhecimento de violações desses direitos dentro da instituição. Esse dado é alarmante e indica a existência de problemas internos que precisam ser enfrentados. Por outro lado, 34,2% dos entrevistados declararam não ter presenciado ou ter conhecimento de violações dos direitos humanos.

Embora essa parcela seja menor, não podemos ignorar as preocupações levantadas pelos que afirmaram ter vivenciado tais situações. Essa dicotomia de percepções destaca a complexidade da questão e a necessidade de abordagens multifacetadas para promover um ambiente institucional mais respeitoso e justo.

Esses resultados ressaltam a importância de uma revisão crítica das práticas e políticas internas da corporação policial. É fundamental implementar medidas eficazes para prevenir e remediar violações dos direitos humanos, garantindo que todos os policiais atuem em conformidade com os princípios éticos e legais. Isso não apenas fortalecerá a confiança da

comunidade na polícia, mas também promoverá uma cultura organizacional mais saudável e responsável.

Tabela 4- Você considera importante a relação entre os direitos humanos e o cumprimento do dever policial?

Classificação	n	%
Sim	37	97,4
Não	1	2,6
Total	38	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

A Tabela 4 revela a percepção unânime dos policiais militares sobre a importância da relação entre os direitos humanos e o cumprimento do dever policial. Dos 38 participantes entrevistados, expressivos 97,4% reconhecem essa conexão como fundamental. Esse dado reflete um entendimento compartilhado de que o respeito aos direitos humanos é crucial para a eficácia e legitimidade das ações policiais. Essa forte concordância destaca o compromisso dos policiais com valores éticos e sua compreensão da responsabilidade da polícia em proteger e respeitar os direitos fundamentais de todos os cidadãos. Essa consciência é fundamental para o fortalecimento das relações de confiança entre a polícia e a comunidade que serve.

Apesar dessa unanimidade, a presença de apenas um respondente (2,6%) que discordou da importância da relação entre direitos humanos e dever policial ressalta a necessidade contínua de educação e sensibilização dentro da corporação policial. A promoção de uma cultura organizacional que valorize os direitos humanos e promova a responsabilidade ética é essencial para garantir uma atuação policial justa, equitativa e em conformidade com os princípios democráticos.

Tabela 5 – Você apoia a implementação de medidas para garantir o respeito aos direitos humanos dentro da instituição policial?

Classificação	n	%
Sim	36	94,7
Não	2	5,3
Total	38	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

A análise dos dados da Tabela 5 revela um forte apoio por parte dos policiais militares à implementação de medidas para garantir o respeito aos direitos humanos dentro da instituição policial. Com um expressivo percentual de 94,7% dos participantes favoráveis a

essas iniciativas, fica claro o reconhecimento da importância de promover uma cultura organizacional que valorize e respeite os direitos fundamentais de todas as pessoas, incluindo os próprios policiais.

Essa adesão significativa reflete o compromisso da corporação em promover mudanças positivas e fortalecer seu papel na promoção da justiça e equidade. No entanto, é importante notar que, apesar desse apoio esmagador, ainda há uma pequena parcela (5,3%) que se mostra contrária a essas medidas.

Este dado ressalta a necessidade contínua de educação e sensibilização dentro da instituição, visando a conscientização de todos os membros sobre a importância do respeito aos direitos humanos. A inclusão de todos os policiais nesse diálogo é crucial para assegurar uma atuação policial ética e responsável, alinhada aos princípios democráticos e aos padrões internacionais de direitos humanos.

Tabela 6 – você percebe efetividade nas política de direito humanos da polícia militar?

Classificação	n	%
Sim	27	71,1
Nao	11	28,9
Total	38	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Com base nos resultados apresentados na Tabela 6, observa-se que a maioria dos participantes (71,1%) percebe efetividade nas políticas de direitos humanos implementadas pela Polícia Militar. Isso sugere que grande parte dos policiais reconhece o esforço da instituição em promover e proteger os direitos fundamentais durante suas atividades operacionais. No entanto, é importante destacar que uma parcela significativa dos entrevistados (28,9%) não percebe essa efetividade.

Essa constatação indica a existência de desafios ou lacunas nas políticas de direitos humanos da instituição, que precisam ser identificados e abordados para garantir uma atuação policial cada vez mais alinhada aos princípios de justiça, equidade e respeito aos direitos humanos. Essa divergência de percepções ressalta a importância de uma análise mais aprofundada das políticas existentes, bem como do desenvolvimento de estratégias de capacitação e sensibilização para os policiais, visando promover uma compreensão mais ampla e consistente dos direitos humanos e sua aplicação no contexto policial.

Os direitos humanos constituem um pilar fundamental para garantir uma sociedade justa e equitativa. No contexto da atuação policial, esses direitos desempenham um papel

crucial na orientação das práticas e procedimentos adotados pelas forças de segurança. A Polícia Militar, como instituição responsável pela manutenção da ordem pública, tem o dever de assegurar que seus membros atuem em conformidade com os princípios dos direitos humanos em todas as circunstâncias.

A Tabela 6 apresentada revela importantes percepções dos policiais militares em relação aos direitos humanos e sua aplicabilidade na prática policial. Observa-se que a maioria dos participantes reconhece a importância e a necessidade de respeitar os direitos humanos durante o exercício de suas funções. Esse reconhecimento evidencia a compreensão dos policiais sobre o papel fundamental que esses direitos desempenham na promoção da justiça e no respeito à dignidade humana. No entanto, também é evidente que há uma parcela significativa de policiais que relatam ter presenciado ou ter conhecimento de violações dos direitos humanos dentro da própria instituição policial.

Essa constatação levanta questões importantes sobre a eficácia das políticas e práticas existentes no âmbito da Polícia Militar no que diz respeito à proteção e promoção dos direitos fundamentais de todos os cidadãos. Diante disso, é essencial que as autoridades policiais reconheçam esses desafios e trabalhem de forma proativa para fortalecer as políticas de direitos humanos, garantindo que sejam eficazes na prática e que haja prestação de contas por eventuais violações. Isso requer investimento em capacitação, sensibilização e fiscalização, além da promoção de uma cultura organizacional que valorize o respeito aos direitos humanos em todas as instâncias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais deste estudo sobre a aplicabilidade dos direitos humanos aos policiais militares do estado de Goiás, é imperativo reconhecer a relevância e a urgência de se promover uma cultura de respeito aos direitos fundamentais desses profissionais. Ao longo da pesquisa, ficou claro que os policiais militares enfrentam uma série de desafios no exercício de suas funções, que vão desde condições de trabalho precárias até violações de direitos humanos.

Diante dessas questões, torna-se evidente a necessidade de se adotar medidas concretas para garantir a proteção e a promoção dos direitos humanos dos policiais militares. Isso inclui políticas de valorização profissional, o fornecimento de equipamentos adequados, a oferta de treinamento em direitos humanos e o fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e fiscalização.

Além disso, é fundamental destacar a importância da colaboração e do diálogo entre as instituições policiais, os órgãos de proteção dos direitos humanos, a sociedade civil e outros atores relevantes. Somente por meio de uma abordagem colaborativa e participativa será possível superar os desafios e promover uma cultura de respeito aos direitos humanos dentro das instituições policiais.

Em última análise, a proteção dos direitos humanos dos policiais militares não apenas contribui para o seu bem-estar individual, mas também fortalece a legitimidade e a confiança nas instituições policiais e na democracia como um todo. Portanto, é essencial que essas questões sejam abordadas de forma prioritária e eficaz, visando garantir o respeito aos direitos fundamentais de todos os profissionais envolvidos na segurança pública em Goiás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALESTRERI, Ricardo B. *Direitos Humanos: Coisa de Polícia*. Passo Fundo-RS, CAPEC, Paster Editora, 2021.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CASCAES da SILVA, Franciele. **Qualidade de vida de policiais: uma revisão sistemática de estudos observacionais**. Revista Cubana de Medicina Militar, 2014.

FIORILLO, C. A. P. **Princípios constitucionais do Direito da Sociedade da Informação: a tutela jurídica do meio ambiente digital**. São Paulo: Saraiva, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Francisco Meton Marques de. **Os princípios de Direito do Trabalho na lei e na jurisprudência**. São Paulo: LTr, 2015.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. Rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

OMS. **Organização Mundial de Saúde**. Rio Claro: Motriz, 1998.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2009.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

1) Qual é a sua graduação?

- a) Soldado
- b) Cabo
- c) 3º Sargento a 1º Sargento
- d) Subtenente
- e) Oficial
- f) 2º Tenente a 1º Tenente
- g) Capitão/ Major
- h) Tenente Coronel/ Coronel

2) Sexo

- a) Masculino
- b) Feminino

3) Há quanto tempo você está na polícia militar?

- a) 1 a 5 anos
- b) 6 a 10 anos
- c) 11 a 20 anos
- d) 21 a 30 anos

4) Qual seu ambiente de Trabalho?

- a) Administrativo
- b) Operacional

6) Você acredita que os direitos humanos são aplicáveis aos policiais militares em serviço?

- a) Sim
- b) Não

7) Você já presenciou ou teve conhecimento de violações dos direitos humanos dentro da corporação policial?

- a) Sim
- b) Não

8) Você considera importante a relação entre os direitos humanos e o cumprimento do dever policial?

- a) Sim
- b) Não

9) Você apoia a implementação de medidas para garantir o respeito aos direitos humanos dentro da instituição policial?

- a) Sim
- b) Não

10) Você percebe efetividade nas políticas de direitos humanos da polícia militar?

- a) Sim
- b) Não